

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 16

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
ANFIP

Vacinação - APOSENTADOS 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF prevê pauta fiscal bilionária em 2022 5

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Todos juntos por uma reforma tributária - EGÍDIO SERPA 7

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Greve de auditores da Receita Federal começa nesta segunda-feira 8

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

PEC libera quase R\$ 110 bi em gastos no próximo ano 10

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

O que muda com a PEC dos Precatórios? 11

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Auxílio- doença (Artigo) 13

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Prova de vida volta a ser obrigatória em 2022 14

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Fila do INSS em 2022 chegará a 1,8 milhão 15

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Documento digital para aposentadoria especial começa a valer em janeiro 16

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Regras da aposentadoria do INSS vão mudar em 2022; veja as alterações 17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Carteira própria para aposentadoria ou plano de previdência? - CONSULTÓRIO FINANCEIRO
..... 19

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Organize as finanças para entrar 2022 com todas as contas em dia , Confira algumas dicas
para planejar o orçamento e começar o novo ano no azul
..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
SEGURIDADE SOCIAL

Polarização eleva os riscos de crise fiscal, diz Eichengreen 22

Segunda-Feira, 27 de Dezembro de 2021

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Cautela para investir26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Atenção com renda móvel27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

BC faz aperto nos juros enquanto governo sinaliza descontrole fiscal29

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Valorização do real deve aliviar inflação em 2022, dizem analistas31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Por falta de dinheiro, governo avalia tirar Brasil de órgãos multilaterais33

Vacinação - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Desde pequeno ouço dizer que as crianças e os jovens são o futuro do Brasil. Entretanto, com os acontecimentos de hoje não existe mais esse conceito, parecendo-nos que este desapareceu como por encanto. Vejamos o que afirma o ministro da Saúde quanto à vacinação das crianças entre cinco e onze anos: "os óbitos de crianças estão dentro de um patamar que não implica em decisões emergenciais".

É lamentável e triste a posição de uma autoridade pública (?) que está demonstrando insensatamente o desprezo pela vida de inocentes. É inacreditável e inconcebível que um médico se posicione de maneira tão desprezível em relação às crianças brasileiras. Quidroga é essa?

RESPONSABILIDADE

O voto é a arma mais poderosa que temos para a mudança e a transformação. Assim sendo, a responsabilidade dos aposentados, pensionistas e pessoas idosas aumenta consideravelmente na escolha dos candidatos que se apresentam para compor os poderes Executivo e Legislativo. Devem, portanto, se valer da experiência e do conhecimento adquiridos em suas vidas para eleger os melhores, os comprometidos com as questões e causas pertinentes ao bem-estar da população e que tenham projetos. Que os serviços essenciais sejam prioridade e não apenas o interesse individual, partidário e de grupos políticos, como vimos assistindo recentemente.

VOTO

As pessoas idosas, com 70 anos ou mais, contempladas com voto facultativo, têm uma importância de relevância e excelência na participação das eleições. Não devem, em hipótese alguma, estar ausentes no exercício da cidadania. Esqueçam ou abandonem, definitivamente, a benesse do voto facultativo. Não votar é uma acomodação prejudicial ao nosso futuro e ao desenvolvimento do Brasil. Esse contingente de pessoas, afirmamos com segurança, pelo conhecimento e experiência, e também, o discernimento que possuem, saberão selecionar os mais qualificados para o exercício das representatividades nas áreas legislativas e executivas. Votar é cumprir uma obrigação e um dever cívico.

REGULARIZAÇÃO

A regularização nos proventos das aposentadorias e pensões dos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), vinculados ao Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) e à **Seguridade Social**, está pendente de apreciação, votação e aprovação na Câmara Federal. Os deputados federais, no entendimento dos aposentados e pensionistas, deveriam ter mais consideração para com esse contingente de cidadãos e cidadãos brasileiros, prejudicados severamente desde 1991. Há três décadas, são penalizados com a redução dos seus proventos. A justificativa de falta de recursos financeiros é improcedente. As análises anuais da **ANFIP** e Fundação **ANFIP** comprovam.

SUPERÁVIT

Aliás, essa questão de alegação de falta de recursos na **Previdência Social** não se sustenta. Os registros contábeis do governo federal, constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), divulgado, amplamente, pela **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil nos mostra a dimensão do elevadíssimo superávit da conta **Seguridade Social**, cuja arrecadação deveria ser exclusiva com gastos de saúde, assistência social e **previdência social**. No entanto, a subtração desses recursos para custear outros programas de governo, com permissão do Congresso Nacional através da famigerada DRU, impedem um reajuste digno nos proventos dos aposentados e pensionistas.

TRANSPARÊNCIA

Há necessidade, por parte dos nossos governantes, de transparência nas ações que dizem respeito ao Orçamento da **Seguridade Social**. Não deveria haver a retirada de recursos financeiros desse orçamento para outras despesas não identificadas com a Seguridade: saúde, assistência e previdência. Os deputados federais e os senadores, nossos representantes no Congresso Nacional, haverão de corrigir essa anomalia, impedindo a emissão do instrumento Desvinculação de Receitas da União (DRU), eliminando-o definitivamente, a fim de atribuições e obrigações das três áreas sejam cumpridas integralmente, como estabelecido na Constituição Federal, artigos 194 a 203.

ESPERANÇA

"A esperança é o último remédio que a natureza

deixou para todos os males" (Pe. Antônio Vieira).

Site:

**[https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp
?serviceCode=login#page/40](https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/40)**

STF prevê pauta fiscal bilionária em 2022

Joice Bacelo - Do Rio

Pelo menos dez processos tributários importantes para as empresas estão previstos para ir a julgamento nas sessões presenciais do Supremo Tribunal Federal (STF) na primeira metade de 2022. Quatro deles, que tratam de disputas travadas com a União, podem custar aos cofres públicos um total de R\$ 43,5 bilhões - no pior cenário para o governo, se perder a ação e tiver que devolver o que recebeu nos últimos cinco anos.

Esse valor fica bem abaixo do que se viu em discussão este ano. A exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins, chamada de "tese do século", sozinha, custou R\$ 358 bilhões para a União, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). Mas as discussões previstas para o primeiro semestre de 2022, segundo advogados, são bastante esperadas pelos empresários.

Uma dessas disputas envolve a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Os ministros decidirão se pode ser cobrada sobre valores enviados ao exterior para pagamento de royalties ou serviços técnicos. As empresas, hoje, pagam ao Fisco 10% do montante.

Esse julgamento interessa a qualquer empresa que adquira tecnologia no exterior: as pequenas, que compram software, e as grandes que adquirem licenças ou integram grupos econômicos internacionais. Se os ministros decidirem contra a cobrança, segundo consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o impacto para a União poderá chegar a R\$ 19,6 bilhões (RE 928943).

Outros dois processos, que fazem volume nas contas públicas envolvem o AGRONEGÓCIO. Um deles, estimado em R\$ 15,1 bilhões, discute a constitucionalidade da contribuição social devida pela agroindústria (RE 611601). O outro, com impacto de R\$ 5,1 bilhões, envolve a contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), que incide sobre a receita bruta do produtor (RE 816830).

Já no fim do semestre, há previsão de os ministros decidirem sobre uma questão que afeta os contribuintes em geral. Eles vão dizer se a **Receita Federal** pode aplicar a multa isolada de 50%.

Quando entende ter direito a um crédito contra a União, por pagamentos feitos a mais, o contribuinte

pode usar esse crédito para quitar **tributos** correntes. A Receita tem prazo de cinco anos para validar a operação. Se entender que tal crédito não era devido, a compensação não é homologada. O débito pago com o crédito fica em aberto e sobre esse valor são aplicadas duas multas: a de mora (20%), por atraso no recolhimento do tributo devido, e a isolada.

Especialistas na área consideram como dupla punição. Dizem que a multa de mora já seria penalidade suficiente. A multa isolada sem se identificar uma conduta maliciosa do contribuinte, entendem, afronta os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e do não confisco.

São duas ações sobre o tema, com previsão de impacto de R\$ 3,7 bilhões na arrecadação, segundo a LDO (ADI 4.905 e RE 796939). Para advogados, no entanto, esse valor pode estar subestimado - especialmente se levar em conta a quantidade de compensações em decorrência da "tese do século".

No ano passado, os contribuintes usaram créditos fiscais para quitar R\$ 63,6 bilhões de **impostos** - 174% a mais do que havia sido registrado em 2019. A **Receita Federal** atribuiu o forte crescimento à "tese do século". Neste ano, a previsão de escalada é maior. As compensações tributárias feitas pelos contribuintes atingiram R\$ 67,5 bilhões de janeiro a abril. Isso indica um avanço real de 40,37% sobre o mesmo período de 2020.

O STF concluiu a tese em maio. "Muitas empresas estão fazendo ou vão fazer e se as suas compensações não forem homologadas correm o risco de sofrer a multa de 50%. Esse julgamento é um dos que mais impactam as companhias", diz Luis Augusto Gomes, sócio do Silva Gomes Advogados.

Sem impacto estimado na LDO, mas considerados os mais importantes do semestre, os chamados "processos da coisa julgada" também entraram na pauta do primeiro semestre. Os ministros definirão se há quebra automática de decisões transitadas em julgado (quando não cabe mais recurso), favoráveis aos contribuintes, quando há mudança de jurisprudência sobre **tributos** pagos de forma continuada.

O caso em pauta envolve a CSLL. Logo que foi instituída, no ano de 1988, muitos contribuintes foram à Justiça e obtiveram decisões definitivas contra a cobrança - que perduram até os dias de hoje. A

Receita entende que essas decisões perderam a validade após o STF decidir pela constitucionalidade do tributo, em 2007, e exige os pagamentos desde então. Os contribuintes, por outro lado, defendem a necessidade de ação rescisória - uma via própria para tentar desconstituir decisões definitivas.

"O mínimo é respeitar a rescisória. Se não for assim, um auditor da **Receita Federal** terá o poder de desconstituir uma decisão judicial por meio de despacho", afirma Tiago Conde, sócio do escritório Sacha Calmon.

O tributarista destaca que, durante a pandemia, uma grande quantidade de casos da área tributária foi concluída, com repercussão geral, no Plenário Virtual do STF. "A maioria teve reversão significativa de jurisprudência. Se a coisa julgada for flexibilizada, tudo isso vai ser afetado", diz.

Como esses processos são os primeiros itens da pauta do dia 11 de maio, segundo especialistas, a expectativa é de que sejam analisados. Os processos da coisa julgada tinham julgamento previsto para o dia 15 de dezembro, mas não foram chamados.

O novo critério de desempate dos julgamentos no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** também pode ser, finalmente, definido pelos ministros em 2022. Esse tema começou a ser julgado no Plenário Virtual e foi suspenso por um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes.

A continuidade do julgamento virtual ocorrerá no presencial. É provável que o presidente da Corte, ministro Luiz Fux, tenha optado por esse formato para não haver mudança de relator.

O ministro Marco Aurélio, que se aposentou no mês de junho - e foi substituído por André Mendonça - é o relator original desse tema e proferiu o voto. Antes de deixar a Corte, ele pediu a Fux para que os seus votos no Plenário Virtual não fossem desconsiderados caso algum ministro optasse pelo pedido de destaque.

Marco Aurélio se posicionou, nesse caso, pela inconstitucionalidade. Considerou que a matéria não poderia ter sido tratada em uma lei sem relação com o tema - prática chamada de "jabuti".

O novo critério de desempate, que favorece o contribuinte, foi estabelecido em abril de 2020 (Lei nº 13.988). Pela antiga sistemática, o voto de minerva era do presidente da turma, posto ocupado por um representante do Fisco - o que favorecia a União.

O ministro Luís Roberto Barroso, que também proferiu voto no Plenário Virtual, entendeu a nova regra como

constitucional. Porém, ele autorizou a Fazenda Nacional a recorrer à Justiça caso saia derrotada em decorrência dessa sistemática. Atualmente, a legislação não admite que o Fisco acione a Judiciário contra decisões de tribunal administrativo (ADIs 6399, 6403 e 6415).

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187100

Todos juntos por uma reforma tributária - EGÍDIO SERPA

EGÍDIO SERPA

Juntaram-se a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal**, o Comitê Nacional de Secretários da Fazenda dos Estados e Distrito Federal e outras entidades para lançar o manifesto "Em Defesa de uma **Reforma Tributária** Ampla e Justa". Os signatários afirmam: "Defendemos uma **reforma tributária** ampla, que trate da tributação do consumo na sua totalidade, com as seguintes premissas: simplificação legal e operacional; base de incidência ampla de bens e serviços; homogeneidade das regras; não cumulatividade plena; incidência sobre o preço líquido de **tributos**; crédito financeiro e ressarcimento ágil de créditos acumulados; adoção do princípio de destino; redução da regressividade; fim da guerra fiscal; preservação do Simples Nacional; manutenção da carga tributária global; e o fortalecimento institucional da Administração Tributária, estimulando uma relação respeitosa e construtiva entre o fisco e os contribuintes e garantindo um ambiente concorrencial saudável e o efetivo combate à sonegação e à corrupção."

O documento tem boas intenções e um objetivo: trocar o atual e antigo modelo tributário por um moderno, em linha com os países de economia desenvolvida. Leiam: "A incidência sobre uma base ampla é fundamental para reduzir a cumulatividade e para acompanhar a inovação tecnológica, eliminando a discussão estéril sobre a fronteira entre bens e serviços, que é cada vez menos clara. Na contramão das nações mais modernas, o Brasil é o único país economicamente relevante que ainda tributa bens e serviços de forma separada."

"A adoção do princípio de destino colocará fim à Guerra Fiscal, que se tornou disfuncional como instrumento de desenvolvimento, distorceu o ambiente concorrencial, fragmentou a federação e resultou na corrosão das receitas estaduais. A superação das desigualdades socioeconômicas regionais deve ser feita através da alocação de recursos na expansão de investimentos públicos em infraestrutura, na qualificação de trabalhadores e no fomento a atividades produtivas nas regiões menos desenvolvidas. Sendo o Brasil um dos países mais desiguais do mundo, a reforma também deve enfrentar o problema da regressividade."

ALEXANDRE SALES, QUE é o sócio majoritário e CEO do Grupo Santa Lúcia, acelera o trabalho de modernização de sua fábrica de casquinha de sorvete Nutrilar, localizada em Caucaia, que ganhará uma moderna linha de produção de biscoitos finos da Ziegler, empresa húngara. A produção dos biscoitos começará no mês de julho.

ESTA SERÁ A ÚLTIMA semana deste 2021. Promete ser emocionante, diante da possibilidade de greve dos auditores da **Receita Federal**, revoltados pelo fato de terem sido preteridos pelo Governo e Congresso, que lhes negou aumento de vencimentos, concedido, porém, à Polícia Federal. O pessoal do Banco Central pode aderir à greve. Falta, apenas, combinar com os russos de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, os estados produtores, que dominam o Senado e a Câmara dos Deputados.

Site: <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

Greve de auditores da Receita Federal começa nesta segunda-feira

Brasília

*/
Emerson Fraga, do R7, em Brasília*

A partir desta segunda-feira (27), os auditores da **Receita Federal** entram em greve em todo o país. Com isso, ficam paralisadas ou mais lentas atividades de fiscalização tributária e **aduaneira** - isto é, de importação e exportação de mercadorias. De acordo com Kleber Cabral, presidente do Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal**), o movimento não afetará os viajantes.

Os motivos da greve são a falta de regulamentação do chamado "bônus de eficiência" e os cortes no Orçamento 2022, que tiram recursos da área e impedem o reajuste salarial da categoria.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou, no último dia 24, que foi o ministro da Economia, Paulo Guedes, quem decidiu não conceder o "bônus de eficiência" a servidores da **Receita Federal** e que vai tentar reverter a situação. "Isso aí eu vou conversar com o Paulo Guedes de novo. Eles queriam a regulamentação de um bônus de produtividade. Custava nada. Custava R\$ 200 e poucos milhões. E a Economia que resolveu não ceder", disse o presidente.

O chefe do Executivo destacou que o pedido não se trata de uma reestruturação e que o tema ainda será pauta de conversas. "Da minha parte eu teria cedido, porque não é reestruturação, não é nada. É o cumprimento de um requisito legal. Não precisa ser tão rígido desta maneira. Aqui não é uma empresa. A gente não quer estourar teto, não quer fazer nenhuma estripulia, mas não custava nada atender", completou Bolsonaro.

Desde que foi aprovado o Orçamento pelo Congresso Nacional, na terça-feira (21), pelo menos 625 pedidos voluntários de exoneração de cargos em comissão e funções de confiança já foram protocolados por auditores da **Receita Federal**. Entre os pedidos, estão os dos 44 conselheiros do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, que apresentaram renúncia coletiva na quinta-feira (23).

"Tal descaso se estende, inclusive, a questões remuneratórias, como fica evidente pela demora na regulamentação do bônus de eficiência, uma pendência de cinco anos, o que revela desprestígio institucional incompatível com a importância da **Receita Federal do Brasil**", afirma a carta de renúncia.

A adesão à paralisação foi apoiada por 97% dos 4.287 votantes - recorde de participação em assembleia sindical desde 2016, segundo o Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal**).

Os servidores disseram que os cargos em comissão e funções de confiança "não serão ocupados até que o governo faça a publicação do decreto de regulamentação do bônus de eficiência". Com os pedidos de exoneração, os servidores deixam os postos, mas permanecem na carreira, já que são concursados.

A exceção se dará na operação **aduaneira** - de importação e exportação de mercadorias -, em que haverá "operação-padrão", ou seja, ritmo reduzido, "ressalvados [os trabalhos com] medicamentos e insumos médicos e hospitalares, cargas vivas, perecíveis, bem como aquelas definidas como prioritárias pela legislação vigente, assim como o tráfego de viajantes em trânsito internacional, até que o governo faça a publicação do decreto de regulamentação do bônus de eficiência".

Os servidores aprovaram "meta zero para todos os setores e atividades da **Receita Federal** e do **Carf**, ressalvadas as decadências e demandas judiciais". Segundo Kleber Cabral, presidente do Sindifisco Nacional, "é paralisação, e em todas as atividades. Na área **aduaneira**, aí não é paralisação, aí é operação-padrão, quer dizer, é um aumento do rigor, o que acaba demorando mais, direcionado a importação e exportação de carga. Não haverá nenhum tipo de impacto na vida do viajante, do passageiro. Zero de impacto. Fiquem tranquilos, viagem tranquilos".

Entre os pontos aprovados na assembleia sindical também estão "a paralisação de todos os projetos nacionais e regionais do Plano Operacional, bem como [a determinação de] que todos os Gerentes de Projeto requeiram seu pronto desligamento" e "o não preenchimento dos relatórios de atividades (RHAF,

FRA, RIT)".

O ato ocorre também em protesto contra cortes no orçamento do órgão por parte do governo - enquanto isso se deu no **Carf**, a Polícia Federal, por exemplo, teve R\$ 1,7 bilhão destinados a reajustes . O Sindifisco Nacional (Sindicato dos Auditores Fiscais da **Receita Federal**) informou que o número de integrantes que deixam os cargos ainda pode aumentar. O **Carf** é responsável por julgar, em segunda instância, processos ligados a situações tributárias e aduaneiras. As renúncias podem paralisar o julgamento de recursos que estão na pauta da entidade.

"Tal decisão visa apoiar as diversas ações de mesma natureza que estão ocorrendo em todas as regiões fiscais no âmbito da **Receita Federal do Brasil**, e visa engrossar o número de auditores fiscais e analistas tributários que, cientes de suas responsabilidades e da complexidade de suas atribuições, assim como dos crescentes resultados positivos decorrentes da dedicação e qualidade do trabalho realizado, ficam cada vez mais perplexos com o descaso do governo federal", afirmam os servidores em carta de renúncia coletiva à presidente do **Carf**, Adriana Gomes Rêgo.

"Entendemos que a situação atual se mostra incompatível com o exercício das nossas funções, pelo que solicitamos a dispensa do mandato que ora desempenhamos e o pedido de dispensa da função de especialista", completa a carta dos servidores.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/greve-de-audidores-da-receita-federal-comeca-nesta-segunda-feira-27122021>

PEC libera quase R\$ 110 bi em gastos no próximo ano

Com potencial para liberar R\$ 108,4 bilhões em gastos federais no próximo ano, a emenda constitucional que permitiu o parcelamento do pagamento dos precatórios representou a principal mudança nas contas públicas em 2022.

O espaço fiscal virá de duas fontes importantes. A primeira é a mudança da fórmula de cálculo do teto federal de gastos. Até agora, os limites anuais eram corrigidos pela **inflação** oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado entre julho de dois anos atrás e junho do ano anterior.

Com a mudança, o teto passará a considerar o IPCA efetivo dos seis primeiros meses do ano e as projeções para a **inflação** nos seis meses finais do ano. Com a **inflação** em alta em 2021, a nova fórmula de cálculo libera R\$ 64,9 bilhões no Orçamento do próximo ano, segundo nota técnica da Câmara dos Deputados.

Aprovada sem alterações pelo Senado, a alteração no teto de gastos compôs a primeira parte da PEC promulgada pelo Congresso no último dia 8. O próprio texto especificou que os R\$ 64,9 bilhões pela mudança poderão ser usados somente no pagamento das despesas de Saúde, Previdência e Assistência Social, o que inclui o Auxílio Brasil de R\$400. Parte desses gastos cobrirão a correção das aposentadorias e pensões, maiores que o inicialmente previsto por causa da alta da **inflação**.

A segunda parte da PEC, que tratava do parcelamento dos precatórios, foi alterada pelo Senado e voltou para a Câmara. Essa parte do texto liberou R\$ 43,56 bilhões em dívidas de grande porte que tiveram o pagamento adiado. Desse total, R\$ 39,48 bilhões estão dentro do teto de gastos e vinculados à **seguridade social** e ao Auxílio Brasil e R\$4,08 bilhões estão fora do teto, sem nenhuma restrição, segundo o substitutivo aprovado pelo Senado.

Site: <http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/>

O que muda com a PEC dos Precatórios?

Com potencial para liberar R\$ 108,4 bilhões em gastos federais no próximo ano, a emenda constitucional que permitiu o parcelamento do pagamento dos precatórios (dívidas do governo reconhecidas em caráter definitivo pela Justiça) representou a principal mudança nas contas públicas em 2022. O texto original foi promulgado em duas etapas, uma no dia 8 de dezembro, com os pontos aprovados pela Câmara e pelo Senado, e outra no dia 16, com os artigos alterados pelo Senado e votados novamente pelos deputados.

O espaço fiscal virá de duas fontes importantes. A primeira é a mudança da fórmula de cálculo do teto federal de gastos. Até agora, os limites anuais eram corrigidos pela **inflação** oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado entre julho de dois anos atrás e junho do ano anterior.

Com a mudança, o teto passará a considerar o IPCA efetivo dos seis primeiros meses do ano e as projeções para a **inflação** nos seis meses finais do ano. Com a **inflação** em alta em 2021, a nova fórmula de cálculo libera R\$ 64,9 bilhões no Orçamento do próximo ano, segundo nota técnica da Câmara dos Deputados.

Aprovada sem alterações pelo Senado, a alteração no teto de gastos compôs a primeira parte da PEC promulgada pelo Congresso no último dia 8. O próprio texto especificou que os R\$ 64,9 bilhões pela mudança poderão ser usados somente no pagamento das despesas de saúde, previdência e assistência social, o que inclui o Auxílio Brasil de R\$ 400. Parte desses gastos cobrirão a correção das aposentadorias e pensões, maiores que o inicialmente previsto por causa da alta da **inflação**.

A segunda parte da PEC, que tratava do parcelamento dos precatórios, foi alterada pelo Senado e voltou para a Câmara. Essa parte do texto liberou R\$ 43,56 bilhões em dívidas de grande porte que tiveram o pagamento adiado. Desse total, R\$ 39,48 bilhões estão dentro do teto de gastos e vinculados à **seguridade social** e ao Auxílio Brasil e R\$ 4,08 bilhões estão fora do teto, sem nenhuma restrição, segundo o substitutivo aprovado pelo Senado.

FUNDEF

Um dos pontos de maior negociação diz respeito aos precatórios do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de

Valorização do Magistério (Fundef). Pelo texto, as dívidas relativas a esse programa ficarão fora do teto de gastos e do limite de pagamento anual de precatórios.

Os precatórios do Fundef serão pagos sempre em três parcelas anuais a partir da expedição: 40% no primeiro ano, 30% no segundo ano e 30% no terceiro ano. Dessa forma, as dívidas que venceriam em 2022 serão pagas em 2022, 2023 e 2024. Os estados e os municípios deverão aplicar 60% dos recursos obtidos com os precatórios do Fundef na forma de abono aos profissionais do magistério, ativos e inativos, sem a incorporação nos salários, nas aposentadorias e nas pensões.

DATA LIMITE

Em vez de 2036, data do fim do regime fiscal de teto de gastos, a PEC aprovada determina a aplicação do parcelamento de precatórios até 2026. Pela regra geral, o total de precatórios a pagar em cada ano será corrigido pelo IPCA do ano anterior, inclusive restos a pagar quitados. Desse total, serão descontadas as requisições de pequeno valor (até 60 salários mínimos no caso da União), que não entram no teto.

DESCONTO

O credor de precatório não contemplado no orçamento poderá optar pelo recebimento em parcela única até o fim do ano seguinte se aceitar desconto de 40% por meio de acordo em juízos de conciliação.

No próximo ano, os valores não incluídos no orçamento serão suportados por créditos adicionais abertos em 2022. As mudanças valem principalmente para a União, mas algumas regras se aplicam também aos outros entes federados, que continuam com um regime especial de quitação até 2024, conforme a Emenda Constitucional 99, de 2017. (Da Agência Brasil)

O parcelamento do pagamento de precatórios (dívidas do governo) foi a principal mudança nas contas públicas em 2022

Onze partidos deram mais de 80% dos votos a favor em 2º turno na Câmara

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2021/12/o-que-muda-com-a-pec-dos->

precatorios.html

Auxílio- doença (Artigo)

Milhares de trabalhadores brasileiros se afastam, todos os anos, de suas atividades em razão de doenças psiquiátricas desenvolvidas no ambiente de trabalho. A Organização Mundial de Saúde (OMS) revelou recentemente que a depressão será a doença mais incapacitante do mundo. E situações geradas no trabalho provocam uma série de problemas como estresse, ansiedade, depressão, transtornos bipolares, síndrome de Burnout - caracterizada por cansaço profissional, exaustão emocional e tensão exorbitante gerada pelo excesso de trabalho -, esquizofrenia e transtornos mentais relacionados ao consumo de álcool e cocaína, entre outros males.

E as pessoas que sofrem desses problemas têm o direito de receber o auxílio-doença do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) para tratarem de suas enfermidades psicológicas.

O auxílio-doença, chamado agora de auxílio por incapacidade temporária após a reforma da Previdência, é o benefício previdenciário pago pelo **INSS** para quem está incapacitado para o trabalho de forma total e com prazo de recuperação estimado.

A maioria dos casos de incapacidade por depressão, que tornam o trabalhador incapaz para o trabalho, dão direito ao auxílio- doença, porém existem casos em que o perito constata a incapacidade ser permanente, gerando a concessão da aposentadoria por invalidez.

Para ter direito ao auxílio-doença o trabalhador deve ter pelo menos 12 contribuições pagas para o **INSS**, exceto se for decorrente de acidente de trabalho.

No caso de acidente do trabalho, o benefício é concedido ao empregado que sofreu acidente de trabalho ou for acometido por doenças ocupacionais -- se a doença é contraída ou se for agravada pelo trabalho. Neste caso não há período de carência, podendo o auxílio ser pago a qualquer momento ao empregado, independente do número de contribuições.

JOÃO BADARI advogado especialista em Direito Previdenciário

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-a82ed528e2511d3232d2c92e274ffe31.pdf

Prova de vida volta a ser obrigatória em 2022

A prova de vida do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), que foi suspensa durante a pandemia, voltará a ser obrigatória em 2022. Aposentados e pensionistas que não fizerem o recadastramento estarão sujeitos à suspensão dos benefícios. Segundo o órgão, mais de 3,3 milhões de segurados precisam realizar o procedimento.

A partir de 2022, os bancos passarão a considerar o mês de aniversário para a prova de vida. Mas as instituições ainda aguardam definição do novo critério - mesmo para os aniversariantes de janeiro. Em nota enviada à reportagem, a Federação Brasileira de Bancos afirmou que os bancos "seguem observando o disposto em lei e estão preparados para adotar eventuais alterações a serem definidas pelo **INSS**".

Por causa da pandemia, a prova de vida para servidores inativos, pensionistas e anistiados políticos ficou suspensa de janeiro de 2020 a setembro de 2021, mas o procedimento voltou a ser exigido em outubro deste ano. Para este grupo, o prazo para o recadastramento se encerra no dia 31 de dezembro.

Para realizar recadastramento, é preciso comparecer presencialmente a uma das agências do **INSS** ou a uma agência do banco onde o beneficiário recebe o pagamento e apresentar documento de identificação com foto. Dependendo da instituição, o procedimento pode ser feito nos caixas eletrônicos com uso de biometria.

Para fazer a comprovação de forma digital, é preciso ter biometria já cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e ter instalado no celular os aplicativos Meu **INSS** - para Android ou iPhone - ou o Gov.br. Também é possível fazer pelo aplicativo do banco. Mas procedimento e regras variam conforme cada instituição.

Beneficiários com mais de 80 anos ou com idade a partir de 60 que tenham dificuldade de locomoção comprovada por atestado médico podem solicitar visita a domicílio. O agendamento deve ser feito pelo telefone 135 do **INSS**. Também é possível cadastrar um procurador no instituto.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20211227#page/1>

Fila do INSS em 2022 chegará a 1,8 milhão

A fila de pedidos de benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) deve atravessar o ano com mais de 1,8 milhão de segurados na espera. Atualmente, segundo números oficiais da autarquia federal, a fila de pedidos de reconhecimento inicial de direitos é de 1.846.252 benefícios. Desse total, 551.353 estão em situação de análise dentro do prazo de 45 dias e 1.294.899 estão além do prazo. No Estado de São Paulo, 98.236 benefícios estão aguardando análise.

O **INSS** também informou, por meio de nota, que recebe cerca de 800 mil novos pedidos por mês, que incluem perícias, agendamentos e outros serviços e que são analisados cerca de 700 mil benefícios por mês. Além disso, "cerca de 20% dos processos dependem de documentos e ações que devem ser entregues e/ou realizadas pelos cidadãos ao **INSS**".

Ainda conforme o **INSS**, de acordo com dados da Secretaria de Perícia Médica Federal, existem 457.805 pedidos de benefício aguardando a realização de perícia. O órgão relata que os benefícios que se encontram com maior quantidade de requerimentos em análise são os seguintes: benefício assistencial à pessoa com deficiência, o auxílio- inclusão à pessoa com deficiência e a aposentadoria por tempo de contribuição.

E a fila de pedidos aumentou pouco neste ano, mas segue crescendo. Segundo o IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), no mês de abril havia 1.833.815 e, em julho, 1.844.820. Os números são mais altos se comparados com o ano passado, quando havia cerca de 1,5 milhão de pedidos na fila. O **INSS** alega que o fechamento das agências devido à pandemia de Covid-19 e as medidas de restrições sociais influenciaram no aumento da fila.

O advogado de direito previdenciário Celso Joaquim Jorgetti, sócio da Advocacia Jorgetti, destaca que a demora por parte do **INSS** na análise dos processos administrativos é de relevante interesse público e coletivo, uma vez que o atraso na sua conclusão agrava a situação de vulnerabilidade social. "E depois de muita reclamação, **INSS** e o Ministério Público Federal firmaram um acordo que prevê prazos máximos de conclusão dos processos administrativos para reconhecimento inicial de direito a benefícios previdenciários e assistenciais", revela.

O acordo passou a vigorar a partir de 10 de junho deste ano e estabeleceu prazos que não ultrapasam

90 dias e podem variar de acordo com a espécie e o grau de complexidade do benefício (veja tabela acima).

No acordo, informa Celso Jorgetti, ficou estabelecido que o seu descumprimento acarreta a obrigação do **INSS** de analisar o requerimento administrativo, no prazo de dez dias, por meio da Central Unificada de Cumprimento Emergencial de Prazos, bem como incidirá o pagamento de juros de mora, além da correção monetária pelo INPC.

"Ocorre que o **INSS** não vem cumprindo o que foi acordado e nem mesmo o registro de reclamação perante a ouvidoria, ou pelo telefone 135, tem dado resultado", alerta o especialista.

O advogado João Badari, especialista em direito previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, orienta o segurado que está na fila aguardar o prazo de 45 dias. "Em alguns casos orientamos o segurado aguardar até 90 dias, mas se o prazo se estender muito o segurado deverá fazer reclamação na ouvidoria do **INSS** e depois ingressar com mandado de segurança solicitando o cumprimento do prazo pelo órgão federal. Outra alternativa é a ação judicial demonstrando para o juiz que o **INSS** não cumpriu o prazo legal e pedindo a concessão imediata do benefício", explica o advogado.

Sítio:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_EE2FD908DA473D0687C2E9417457190D8B3DAC40A49291E21A67FE73DF853003816B244AF5130EB5CC2115E9E0625F027CE1AC0B7E83667B3CF3B5B208D3D447694F353A4F1078D2A7176B385374D60AB1AA066238FEB42700BA03E11F9AE9F2424228F269C0EF8EB2C87A51405801D6B73A580B4F0131C64561634ACEC11

Documento digital para aposentadoria especial começa a valer em janeiro

O Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), que é o documento histórico-laboral do trabalhador que atua com exposição a agentes nocivos à saúde, passará a ser eletrônico a partir do próximo dia 3 de janeiro.

Com a mudança, os registros serão feitos pelo empregador no eSocial. Para facilitar a transição, o Ministério do Trabalho e Previdência dividiu as empresas em grupos, sendo que o primeiro contempla 13 mil grandes companhias, com volume representativo de empregados. O PPP digital poderá ser conferido pelo funcionário na plataforma 'Meu **INSS**'.

De acordo com a pasta, as informações de exposição em período anterior a 3 de janeiro de 2022 (até 2 de janeiro de 2022) deverão ser entregues ao trabalhador em formulário físico, já que o PPP eletrônico somente registra as informações de exposição a partir do dia 3 de janeiro do próximo ano para os empregados de empresas do grupo 1 do eSocial.

Segundo o advogado e professor de Direito Previdenciário, Marco Aurélio Serau Júnior, o PPP mostra se a atividade desempenhada pelo segurado configura uma atividade especial, "isto é, se este trabalha exposto a algum agente nocivo (físico, químico ou biológico, ou mesmo associação destes) de forma habitual e não intermitente nem ocasional", explica. Ele acrescenta que o documento informa também a descrição das atividades laborativas do segurado e outros elementos, como o fornecimento e eficácia do Equipamento de Proteção Individual (EPI), nível de ruído e calor, dentre outras situações.

ALTERAÇÃO

Avaliação positiva

João Badari, advogado especialista em Direito Previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, considera positiva a alteração para documento digital. "O **INSS** não tem no Cnis (Cadastro Nacional de Informações Sociais) que o funcionário trabalhou exposto a um agente nocivo à saúde. O trabalhador tem que demonstrar, mas a maioria não sabe como fazer isso. Então, vai ser uma obrigação do patrão o que o empregado não sabe fazer.

Vai ser obrigação do RH (recursos humanos) da

empresa fornecer", afirma.

Ele avalia que o órgão previdenciário terá que fazer uma fiscalização de maneira "incisiva", "porque o interesse do empregador é colocar que o funcionário não está agressivo à saúde, por medo de uma ação trabalhista depois. O **INSS** vai ter que fiscalizar para ver se, realmente, as informações estão sendo colocadas de forma correta",

Mudança para novo sistema vai ser gradual

O documento digital será obrigatório a partir do dia 3 para as empresas que registraram faturamento anual superior a R\$ 78 milhões em 2016. No caso dos inscritos no Simples Nacional, empregadores pessoas físicas (exceto doméstico), produtores rurais e entidades sem fins lucrativos, a obrigatoriedade entrará em vigor a partir do dia 10 do próximo mês.

Essa mesma data - dia 10 - valerá também para companhias com faturamento de até R\$ 78 milhões em 2016 e não optantes do Simples Nacional em julho de 2018.

Por fim, para os órgãos públicos e as organizações internacionais, o PPP digital começará a ser exigido no dia 11 de julho do ano que vem.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/9798/27-12-2021.html>

Regras da aposentadoria do INSS vão mudar em 2022; veja as alterações

Cristiane Gercina

As regras da aposentadoria do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) vão mudar a partir do dia 1º de janeiro de 2022. O gatilho nas condições mínimas para ter o benefício ocorre ano a ano desde que a emenda constitucional 103, que instituiu a reforma da Previdência, começou a valer, em novembro de 2019 .

As alterações são em três das regras de transição aplicadas a quem já estava no mercado de trabalho: por pontos, por idade mínima e na idade da mulher para ter a aposentadoria por idade . As regras que exigem pedágio de 50% ou 100% do tempo que faltava para ter o benefício na data de publicação da reforma não sofrem alteração.

As medidas também não afetam os profissionais que passaram a integrar o mercado de trabalho a partir de novembro de 2019, sejam eles celetistas ou autônomos que contribuem com a Previdência . Nesses casos, eles só se aposentam com idade mínima de 65 anos, para os homens, e 62 anos, para as mulheres. O tempo mínimo de contribuição é de 15 anos.

Para o trabalhador com carteira assinada, que pede a aposentadoria diretamente ao instituto por meio do aplicativo ou site **Meu INSS**, um dos principais impactos é na idade mínima das mulheres para ter o benefício por idade. A exigência, a partir de 1º de janeiro é de 61 anos e seis meses. Até 31 de dezembro deste ano, consegue a aposentadoria a segurada que tiver 61 anos.

Antes da reforma, no entanto, as mulheres se aposentavam com 60 anos. No caso dos homens, a idade mínima não mudou. Eles já se aposentavam aos 65 anos e essa continua sendo a exigência para ter o benefício.

Na regra de transição por pontos, a partir de 1º de janeiro, consegue a aposentadoria por tempo de contribuição quem atingir, na soma da idade com o tempo de contribuição ao **INSS**, 89 pontos, no caso das mulheres, ou 99 pontos para os homens. É preciso ter, no mínimo 30 anos de pagamentos ao instituto, para as mulheres, e 35 anos, no caso dos homens. Até 31 de dezembro deste ano, a pontuação

mínima é 88/98.

Para quem vai pedir a aposentadoria pela regra de transição da idade mínima, a exigência é ter 62 anos e seis meses de idade, no caso dos homens, e 57 anos e seis meses para as mulheres a partir de 1º janeiro de 2022. São necessários 30 anos de contribuições ao **INSS**, para as mulheres, e 35 anos, para os homens. Neste ano, a idade mínima exigida é de 62 anos e 57 anos, respectivamente.

Professores do setor privado se aposentam com cinco anos a menos. No pedágio de 100%, a idade exigida é de 55 anos, para os homens, e de 52 anos, para as mulheres. É preciso trabalhar pelo dobro do tempo que faltava para o benefício na data de entrada em vigor da reforma.

Na regra de transição por pontos, há mudança entre um ano e outro. Até 31 de dezembro de 2021, a pontuação mínima exigida é de 83/93 para mulheres e homens, respectivamente. A partir de 1º de janeiro de 2022, sobe para 84/94. Exigências não mudam em três situações

O trabalhador que vai pedir a aposentadoria pelas regras dos pedágios de 50% ou 100% e quem tem direito ao benefício especial tem regras de transição que não se alteram com o passar dos anos. No caso dos segurados que estavam a até dois anos da aposentadoria por tempo de contribuição no início da reforma da Previdência, é possível entrar no pedágio de 50%, no qual é preciso trabalhar por mais metade do tempo que faltava para ter o benefício em 13 de novembro de 2019.

Para o segurado que optar pelo pedágio de 100%, a aposentadoria é concedida a quem trabalhar pelo dobro do tempo que faltava para atingir o tempo mínimo de contribuição, de 30 anos para as mulheres e de 35 anos para os homens, em novembro de 2019. Também é exigida idade mínima de 57 anos para as mulheres e 60 anos para os homens.

Segurados que trabalham todo o tempo em condições prejudiciais à saúde conseguem a aposentadoria especial. Para quem já estava no mercado de trabalho na data de início da reforma, há exigência de pontuação mínima.

Atividades de baixo risco garantem a aposentadora quando o segurado somar, na idade e no tempo de contribuição, 86 pontos. É preciso ter 25 anos em atividade especial de baixo risco. Para risco médio, são 76 pontos (20 anos em atividade especial de médio risco) e para risco alto, 66 (15 anos de trabalho em atividade especial de alto risco). Servidores têm regras diferentes

Os **servidores públicos** federais também têm regras de transição na aposentadoria se já estavam contratados em novembro de 2019. Na primeira delas é o pedágio de 100%, que exige idade mínima de 57 anos, para as mulheres e 60 anos, é preciso trabalhar pelo dobro do tempo que faltava para os 35 anos de pagamento, no caso dos homens, e 30 anos, no das mulheres. A exigência, no entanto, é ter 20 anos no serviço público e cinco anos no cargo em se der a aposentadoria.

Na segunda regra de transição, há exigência de idade mínima e pontos. Em 2021, a idade mínima exigida das mulheres é 56 anos, e a pontuação mínima é de 88 pontos. Para os homens, é preciso ter idade mínima de 61 anos neste ano, com pontuação mínima de 98. Em 2022, a idade é de 57 e 62, respectivamente, com 89/99 de pontuação. Pedido pode ser feito com data retroativa

Quem não conseguir reunir os documentos para pedir a aposentadoria até o dia 31 de dezembro pode fazer a solicitação ao **INSS** em 2022, e conseguir o benefício com data retroativa à do pedido. Para isso, na hora de fazer a solicitação, o segurado deve escolher a opção indicando que o servidor do **INSS** pode mudar de data para uma em que o trabalhador completou a melhor condição ou a condição mínima.

Se não escolher essa possibilidade, terá de fazer a reafirmação da DER (Data de Entrada do Requerimento), que é um pedido para mudar o dia da solicitação para data mais vantajosa ao segurado. A única diferença está ligada aos valores atrasados a serem pagos. Quem muda a DER para data retroativa tem os atrasados a partir do dia do pedido, não da data da mudança. Quem escolhe data futura tem atrasados a partir desse dia em que conquista o melhor benefício.

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/12/regras-da-aposentadoria-do-inss-vao-mudar-em-2022-veja-as-alteracoes.shtml>

Carteira própria para aposentadoria ou plano de previdência? - CONSULTÓRIO FINANCEIRO

FREDY TAVARES

Estou pensando na minha aposentadoria e queria saber como montar uma carteira própria para isso. Também queria saber se é mais vantajoso fazer um plano de previdência ou fazer isso por conta própria, como imaginei.

Hellen Vidal, CFP, responde:

PUBLICIDADE

Caro leitor, para saber investir o seu dinheiro, é muito importante ter compreensão do seu perfil de investidor. É interessante não correr riscos além dos necessários, ou seja, evitar aqueles que podem tirar a sua tranquilidade.

Na sua carteira de investimentos, a previdência é um importante instrumento para sua reserva financeira para aposentadoria que possui vantagens tributárias. Para entender essas vantagens, é necessário distinguir entre as duas opções disponíveis: o PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) e o VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre).

No caso do PGBL, a tributação ocorre sobre o valor total (valor inicial + rendimentos). Por esse motivo, considera-se que o abatimento de IR é uma postergação de **impostos** e não uma isenção. Pode-se abater até 12% da sua renda bruta tributável anual; para isso é preciso que o modelo de declaração adotado seja o completo e não o simplificado. Por exemplo, quem ganha R\$ 100 mil por ano sofre uma retenção na fonte de 27,5% de IR se não tiver despesas dedutíveis. Ao aplicar R\$ 12 mil (ou 12% da renda) em um PGBL, você passa a ter direito à restituição de 27,5% sobre esse valor, recebendo, no ano seguinte, uma restituição de R\$ 3.300 (0,275 x 12 mil).

Já o VGBL não oferece a vantagem da postergação de **impostos** do PGBL, porém nessa opção o imposto de renda incide somente sobre o rendimento.

A previdência privada se mostra interessante em relação a outros investimentos por permitir ao

beneficiário optar pelo tipo de tributação progressiva ou regressiva. Na tabela progressiva, a referência é a tabela progressiva do IR, em que as alíquotas aumentam conforme a renda bruta obtida no ano anterior ao da declaração, e na tabela regressiva a alíquota se reduz conforme o tempo de permanência no plano - começa com 35% até dois anos e vai reduzindo 5% a cada dois anos, chegando à menor alíquota de 10% após 10 anos.

A alocação de ativos, que é o ponto inicial para a construção do seu portfólio, envolve atividades como definir as classes de ativos que irão compor o portfólio. O recurso de previdência fica alocado em fundos de investimentos geridos por um profissional, que pode alocar esses recursos nas mais diversas classes.

Classe de ativos é o nome usado para se referir a um grupo de ativos com características comuns entre si. Uma das possíveis abordagens divide em seis classes os ativos: renda fixa, ações, ativos imobiliários, moedas, commodities e derivativos.

Para ter uma carteira de investimentos diversificada, é recomendado não comprar apenas ativos de uma mesma classe. É ideal que se combinem diferentes classes de ativos.

A concentração em apenas uma classe corresponde a um risco alto para os ativos do portfólio, sendo a diversificação uma poderosa ferramenta de gestão de risco. Harry Markowitz, o criador da teoria moderna do portfólio, argumenta que a diversificação do portfólio municia os investidores de um "almoço grátis", em que o risco pode ser diminuído sem sacrificar o retorno previsto.

Portanto, busque por uma carteira de investimentos diversificada e utilize também a previdência como aliada para a conquista dos seus objetivos.

Que você tenha uma aposentadoria tranquila!

Hellen Vidal é planejadora financeira pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner) concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro E-mail:

hellenvgui@hotmail.com

As respostas refletem as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico ou da Planejar. O jornal e a Planejar não se responsabilizam pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações. Perguntas devem ser encaminhadas para:

consultoriofinanceiro@planejar.org.br

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187100

Organize as finanças para entrar 2022 com todas as contas em dia , Confira algumas dicas para planejar o orçamento e começar o novo ano no azul

O final de ano dos brasileiros costuma ter dois momentos (que às vezes se entrelaçam): compras e quitação de débitos. Muitos brasileiros viram no 13º salário o "fôlego no orçamento". A verdade é que contando, ou não, com esta ajudinha, o ideal é se organizar e não entrar o ano "no vermelho".

Para a economista e professora da universidade Feevale Lisiane Fonseca, o primeiro passo é acompanhar o orçamento. "Quando tu faz um planejamento consegue entender quais valores que todos meses obrigatoriamente terá. E se pensar em fim do ano, temos **tributos** como IPTU, IPVA, então é preciso se organizar da melhor forma. Se sobrou algum dinheiro, e entendo que desconto que governo deu para pagamento antecipado é mais interessante que outro, uso que eu faria com o dinheiro, posso apostar nisso", explica Lisiane.

Quando o assunto for pagamento de dívidas e o valor não der para cobrir tudo, é importante priorizar as que possuem taxa de juros mais elevada. "Um exemplo é a dívida de cartão de crédito, que tem juro muito alto, se atrasou o pagamento esta pode ser Compras Na hora de comprar, o pagamento à vista segue sendo a opção mais segura, mas vai depender do perfil do consumidor e a fase em que ele está. "Em geral, lojas de perfil mais self-service, aquelas em que o consumidor escolhe produtos sozinho, geralmente o valor à vista ou parcelando é o mesmo. Se tu está no fim do mês, por exemplo, o salário não entrou, e tu tem R\$ 50 reais, tu fica com ele e parcela. Importante entender seu perfil", comenta a professora da Feevale.

É importante também evitar a compra por impulso e taxas embutidas em serviços, como de operadoras. "Um serviço de R\$ 5 que seja mensal fica R\$ 60 no ano. E avalie antes de comprar."

Polarização eleva os riscos de crise fiscal, diz Eichengreen

Alex Ribeiro - De São Paulo

O risco de crises fiscais durante as eleições aumenta quanto maior for a polarização política, diz o economista Barry Eichengreen, professor de economia e ciência política da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Para ele, essa é uma das explicações para os receios que já começam a surgir no mercado financeiro doméstico em torno da disputa presidencial do ano que vem, hoje liderada pelo ex-presidente Lula e pelo presidente Bolsonaro. "O risco depende da diferença entre as visões dos partidos."

O papel que a polarização política tem em crises fiscais em várias partes do mundo - e a importância de ter instituições, como conselhos fiscais independentes, para evitar que elas aconteçam - é um dos assuntos de um livro que Eichengreen publicou recentemente, "In Defense of Public Debt" ("Em Defesa da Dívida Pública").

O título revela com precisão o propósito da obra: resgatar a reputação do endividamento dos governos, que salvou países de guerras, pandemias e permitiu construir infraestruturas que alavancaram o desenvolvimento econômico e social. Desde a revolução econômica liberal de Ronald Reagan, nos anos 1980, o papel dos governos de forma geral passou a ser atacado, e junto com ele o endividamento público.

Mas, em tempos em que correntes de economistas não-ortodoxas defendem uma capacidade quase ilimitada dos governos se endividarem, Eichengreen explora as circunstâncias em que, de fato, as sociedades podem se beneficiar das dívidas contraídas pelos seus governos. O livro é escrito em co-autoria com os economistas Rui Esteves (Graduate Institute, de Genebra), Asmaa El-Ganainy (Fundo Monetário Internacional, FMI) e Kris James Mitchener (Universidade de Santa Clara).

No Brasil, o economista Mauro Benevides Filho (PDT-CE), um dos conselheiros econômicos do pré-candidato Ciro Gomes, defendeu em entrevista ao Valor que os investimentos saiam do teto de gastos. Eichengreen diz que nem sempre é uma boa ideia bancar investimentos com aumento da dívida pública.

"Eu pisaria com cautela nesse terreno", afirma ele.

"Nem todos os investimentos são produtivos, e o Brasil conhece muito bem essa história." Sobre as recentes turbulências devido ao drible do governo ao teto de gastos, Eichengreen disse que o governo deveria prestar atenção aos sinais do mercado, procurando comunicar suas intenções fiscais para o presente e o futuro, dar transparência às suas medidas e buscar consenso interpartidários. Ele cita uma frase de James Carville, o consultor político do ex-presidente americano Bill Clinton, sobre o poder dos mercados para limitar as decisões de governo: "Se eu reencarnar, quero voltar como o mercado de títulos da dívida pública".

A seguir, os principais trechos da entrevista feita por e-mail.

Valor: Por que os senhores decidiram escrever um livro sobre dívida pública?

Barry Eichengreen: Achamos que a literatura sobre dívida pública havia adotado uma perspectiva distorcida, em decorrência de dois acontecimentos. Primeiro, a politização da taxação e gastos públicos nos Estados Unidos. Com a forte reação contra o governo a partir dos anos 1980, com a revolução econômica do [ex-presidente americano Ronald] Reagan, qualquer coisa que permitisse ao governo expandir seus programas passou a ser rotulado de indesejável, até maligno. Isso incluiu, naturalmente, os empréstimos feitos pelo governo. Segundo, os problemas recorrentes de endividamento, moratória e reestruturação em países emergentes e em desenvolvimento. Os economistas começaram a falar sobre intolerância à dívida, sobre a ideia de que os países emergentes poderiam incorrer, com segurança, apenas a valores limitados de dívida. Sem negar que houve uma longa história de problemas com dívidas entre os países emergentes, um olhar de longo prazo na história mostra que a visão sobre intolerância a dívidas era exagerada.

Valor: No Brasil, muitos tendem a pensar que a dívida pública é um mau negócio, já que tivemos tantas experiências negativas. A dívida pública pode ser boa?

Eichengreen: Apresentamos exemplos de governos que conseguiram tomar empréstimos para financiar projetos produtivos de infraestrutura. Pense nas ferrovias nos Estados Unidos, que foram construídas

na essência como parcerias público-privadas. Também apresentamos exemplos de governos que tomaram empréstimos para lidar com emergências, como guerras, pandemias, e por aí adiante. Argumentamos, portanto, que pode haver boas razões para acumular dívidas, nas circunstâncias certas, com o objetivo certo e com as instituições certas.

Quanto mais polarizado e turbulento for o ambiente econômico, maior o risco de perda da confiança"

Valor: O Brasil, como os Estados Unidos, teve uma séria crise com a covid, e aumentou gastos. Mas teve que reduzir os estímulos fiscais neste ano, enquanto que o presidente Biden fez outro pacote fiscal. Quem está certo?

Eichengreen: Apenas para lembrar, os Estados Unidos estão se movendo fortemente na direção da austeridade fiscal no ano que vem, com uma redução do déficit de cerca de 14% do **PIB** para cerca de 5% do **PIB** - mesmo na hipótese de Biden ter aprovado o seu projeto de infraestrutura social e de mudanças climáticas. Não acho que exista uma receita única para política fiscal. Os Estados Unidos, com um mercado financeiro mais profundo e uma moeda global, têm maior capacidade de carregar dívidas. Sei que a consolidação fiscal no Brasil neste ano foi desconfortável, mas, pelo que sei das consequências, penso que foi inevitável.

Valor: Os senhores argumentam no livro os países precisam de instituições para se beneficiar da emissão de dívida mais barata e alongada. O AMÉRICA LATINA, Brasil em especial, tem essas instituições?

Eichengreen: É um trabalho em progresso. Estamos falando de mercados financeiros líquidos e profundos, um processo orçamentário transparente, um sistema político eficaz de pesos e contrapesos. Em alguns aspectos, estamos trabalhando também nesses pontos nos Estados Unidos.

Valor: O Brasil passou a não ter mais as recorrentes crises de balanço de pagamentos desde que se tornou credor externo líquido. Não é uma amostra que ser credor é melhor do que ser devedor?

Eichengreen: De novo, não dá para evitar uma resposta de economista: depende das circunstâncias. Mover-se de devedor líquido para credor líquido foi uma forma de o Brasil limitar os riscos. Mas os Estados Unidos são um devedor líquido no exterior, e não sofrem crises de balanço de pagamentos. Sua moeda é amplamente aceita globalmente. As pessoas seguem razoavelmente confiantes em o dólar manter o seu valor no médio prazo. Os mercados financeiros americanos são razoavelmente robustos, apesar do

horrível interlúdio em 2008 e 2009. Assim, não precisamos ter um grande volume de reservas em ativos de governos estrangeiros, remuneradas com juros perto de zero, para servir como seguro dos riscos de balanço de pagamentos.

Valor: A dívida bruta do governo geral chegou a 80% do **PIB** no Brasil, um dos maiores entre os países emergentes. Existe um limite de dívida que os países devem observar para evitar crises?

Eichengreen: Não existem números mágicos. O nível sustentável de dívida depende dos juros, da taxa de crescimento do **PIB** e do equilíbrio orçamentário, no momento atual e no futuro. O Fundo Monetário Internacional (FMI), nos relatórios que faz sobre os seus países-membros, inclui como anexo a chamada análise de sustentabilidade da dívida, na qual traça as implicações de diferentes cenários para a evolução futura dessas variáveis. O planejamento de cenários é o jeito certo de pensar nisso.

Valor: O Brasil é uma exceção na AMÉRICA LATINA porque a sua economia não é dolarizada. Isso quer dizer que podemos ter mais dívidas?

Eichengreen: Outra resposta de economista: isso está certo, se as demais coisa forem iguais. É claro, na realidade, as outras coisas não são iguais. Quanto mais polarizado e turbulento for o ambiente econômico, por exemplo, maior o risco de perda da confiança dos investidores, e maior os riscos de uma futura ruptura fiscal.

Valor: O governo aprovou recentemente uma lei no Congresso para mudar o nosso teto de gastos, e os mercados reagiram muito mal. O governo deve prestar atenção nos mercados ou deveria equilibrar com os interesses da sociedade como um todo?

Eichengreen: Os governos devem absolutamente prestar atenção nas reações de mercado, no que os mercados estão dizendo. Eles podem tranquilizar os mercados comunicando suas intenções fiscais, para a política fiscal no presente e no futuro. Eles podem buscar consenso interpartidário para esses planos fiscais. Podem aumentar a transparência do processo orçamentário, implantar conselhos fiscais, como foi feito no Chile. James Carville, o consultor político do [ex-presidente americano] Bill Clinton, disse uma vez: "Se eu reencarnar, quero voltar como o mercado de títulos da dívida pública". Mas a história mostra que há meios de acalmar os mercados.

Governos prudentes recompõem a capacidade de endividamento antes de ter de tomar um novo empréstimo"

Valor: Os senhores dizem no livro que os juros pagos pelos governos nas economias avançadas não cresceram depois dos pacotes de gastos da pandemia porque os bancos centrais fizeram programas de compras de títulos. No Brasil, foi aprovada essa possibilidade, mas não usamos. Os países emergentes podem lançar mão desse mesmo instrumento?

Eichengreen: De novo, depende das circunstâncias. A **inflação** tem que estar firmemente sob controle para os bancos centrais poderem expandir os seus balanços em resposta às circunstâncias. Agora que a **inflação** está rodando em níveis mais altos nos Estados Unidos, estamos vendo o Fed sair de seu programa de compra de títulos, ainda mais rápido do que antes anunciado.

Valor: Os mercados estão preocupados com as eleições presidenciais. São problemas que a gente vê em outros países ou é uma coisa brasileira?

Eichengreen: Sim, esses problemas são comuns ao redor do mundo. Mas, como mostramos no nosso livro, o risco de que as mudanças políticas e eleitorais levem a problemas fiscais aumenta dependendo do grau polarização política, do tamanho da diferença entre as visões dos partidos.

Valor: Alguns candidatos no Brasil estão propondo excluir os investimentos públicos do teto de gastos. É uma boa ideia aumentar a dívida para fazer investimentos públicos?

Eichengreen: Eu pisaria com cautela nesse terreno. É OK excluir investimentos produtivos que têm retornos, em termos de crescimento futuro da economia, maiores do que a taxa de juro da dívida. Mas nem todos os investimentos são produtivos, e o Brasil conhece muito bem essa história. E nem todos os investimentos produtivos dão um retorno suficiente para pagar a dívida adicional. Essas questões exigem um exame cuidadoso.

Valor: Tivemos mais uma vez comentários entre especialistas sobre o risco de dominância fiscal no Brasil, mas aparentemente os temores não se confirmaram. Existe de fato dominância fiscal?

Eichengreen: Sim, existe dominância fiscal. Os bancos centrais inevitavelmente terminam pressionados para manter taxas de juros baixas quando as dívidas públicas são altas, e não está ao alcance outras formas de baixá-las, como acelerar o crescimento da economia ou a possibilidade de fazer superávits fiscais. Fazer a economia crescer e exercer restrição fiscal daqui em diante - junto com respeito à independência do banco central - é, dessa forma, o

jeito apropriado de lidar com o problema.

Valor: A **inflação** se acelerou ao maior patamar em décadas nos Estados Unidos. A política fiscal do presidente Biden tem alguma culpa?

Eichengreen: O estímulo fiscal do presidente Biden, em especial o pacote de março deste ano, a demorada reação do Fed e os problemas na cadeia produtiva estão todos contribuindo para a aceleração da **inflação**.

Valor: O presidente Biden assinou um projeto de um pacote de US\$ 1 trilhão para infraestrutura. Os Estados Unidos têm espaço fiscal para isso, com uma dívida de 130% do **PIB**?

Eichengreen: Bem, a dívida nas mãos do público, que não é detida pelo Fundo Fiduciário da **Previdência Social**, está em apenas - "apenas" - 100% do **PIB**. E o gasto em infraestrutura vai ser feito ao longo de muitos anos. Não vejo isso como um problema.

Valor: Os bancos centrais estão se movendo para subir os juros. Devemos nos preocupar sobre sustentabilidade da dívida?

Eichengreen: Os países que não tomaram providências para alongar a maturidade de suas dívidas têm razões para se preocupar. No Reino Unido, a maturidade média da dívida é de 14 anos. No Brasil, a maior parte da dívida é de curto prazo ou indexada à **inflação**. Um desses países deve se preocupar, o outro não.

Valor: Chegou a hora de uma consolidação da dívida pública nos Estados Unidos e no resto do mundo?

Eichengreen: Estamos fazendo uma consolidação fiscal nos Estados Unidos, como já mencionei. Como argumentamos no livro, isso é apropriado. Parece que a recuperação econômica está segura, dado que o desemprego está abaixo de 4%. Haverá outra emergência no futuro: outra crise financeira, um novo coronavírus, recessão ou uma crise geopolítica. Governos prudentes recompõem a sua capacidade de endividamento antes de que seja preciso tomar empréstimos outra vez.

Valor: As reduções de dívida normalmente vêm de superávits primários, da **inflação**, do crescimento econômico e da repressão financeira. Qual é o caminho mais provável para os países saírem das altas dívidas atuais?

Eichengreen: De novo, a conclusão do livro é que não há uma bala de prata. Os governos precisam reduzir os déficits orçamentários, fazer crescer de forma bem

sucedida suas economias, evitar deflação e tranquilizar os mercados. Como vimos nos Estados Unidos, eles têm que mostrar que são capazes de fazer essas várias coisas ao mesmo tempo.

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187100

Cautela para investir

JOÃO VITOR TAVAREZ*

Poupar. Ato difícil de executar na prática, sobretudo em 2021, após sucessivos solavancos na economia brasileira diante da pandemia. Com a **inflação** em dois dígitos no Brasil, muitas aplicações financeiras apresentaram, em algum momento, desempenho negativo. Para especialistas, a **inflação** é a origem do problema, pois eleva os custos de produção e diminui a rentabilidade de investimentos, além, é claro, de corroer o poder de compra dos brasileiros.

A **inflação** fechou o ano em 10,42%, calculada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Esse índice está acima das metas previstas. O Relatório de **Inflação** ? publicação trimestral do Banco Central divulgada em 16/12 ?, indicava que o índice deveria encerrar o ano em 10,2% - a previsão inicial era 8,5%. É a primeira vez, desde 2015, que a **inflação** ficará acima de 10%. Naquele ano, somou 10,67%.

Essa **inflação** crescente tem efeitos na política monetária e, por consequência, nas aplicações financeiras. A meta inflacionária é estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para que seja cumprida, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros (Selic) da economia.

Em dezembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a Selic em 1,5 ponto percentual: de 7,75% para 9,25% ao ano ? o maior patamar em quatro anos. Com esse aumento, o cálculo de rentabilidade da poupança, uma das modalidades de investimentos preferidas dos brasileiros, voltou para a regra antiga. Em vez de render 70% da taxa básica de juros atual, o retorno será de 0,5% ao mês, mais uma taxa referencial. Ao ano, isso equivale a 6,17%. É o mesmo rendimento da "poupança velha", de 2012.

Com base em dados retirados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e do Banco Central, verifica-se que nenhum dos principais investimentos tradicionais - como poupança, títulos públicos, Ibovespa, fundos imobiliários e previdenciários - conseguiu bater o descontrole inflacionário. Isso porque essas aplicações também são atreladas à Selic e ao IPCA (prévia da **inflação**). Considerando que a **inflação** está acima dos 10%, o desempenho mais próximo foi da poupança antiga, que somou 6,17% neste ano (confira a tabela).

Segundo o economista Roberto Ellery, a tendência para 2022 é o BC continuar a elevar os juros até que a **inflação** esteja controlada. "Em cenário desse tipo, é de se esperar que, em média, ocorra uma redução nos preços dos ativos (imóveis, ações, ouro e mesmo criptomoedas). Naturalmente isso não quer dizer que todos os ativos terão redução de preços, mas que é preciso tomar mais cuidado com esse tipo de investimento. O que, via de regra, significa buscar orientação profissional", afirma.

Por outro lado, ainda na avaliação de Ellery, os títulos do governo vão render mais. "Dessa forma, os investimentos conservadores (renda fixa), que perderam atratividade com a redução de juros, voltam a ser uma boa opção", conclui.

Selic e **inflação** Newton Marques, professor de finanças públicas da Universidade de Brasília (UnB), diz que as projeções indicam que a **inflação** estará abaixo de dois dígitos em 2022, mas ainda assim é considerada elevada. "Mesmo com a alta da Selic, a **inflação** resiste por alguns componentes que perduram nos últimos anos. É o caso dos alimentos, sobretudo as commodities ? itens vendidos no mercado internacional e comprados pela China", explica.

O especialista chama a atenção, ainda, para outros fatores. "Também há a desvalorização cambial, que volta e meia pressiona os preços dos produtos importados e exportados; tem a questão dos derivados de petróleo, que vem sofrendo reajuste muito forte, mesmo com a expectativa de que haja uma normalização da oferta no mercado internacional e, com isso, não ocorra pressão", elenca.

O professor da UnB prevê que as aplicações financeiras, em 2022, terão algumas possibilidades para evitar perdas nos investimentos. "Caso os investidores pensem em fazer aplicações em renda fixa em 2022, talvez não tenham tantos dissabores como em 2021", conclui.

* Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Atenção com renda móvel

Calebe Vieira, diretor comercial da Be Capital, empresa de consultoria de investimentos, observa que, em 2021, o mercado de renda fixa não teve grandes surpresas. "Afinal, já era claro que a **inflação** estava muito alta e que uma das principais formas de tentar contê-la seria ampliar a Selic. Logo, essa elevação da Selic já era esperada para 2021", afirma.

O único fator inesperado, na avaliação do analista de investimentos, é o fato da **inflação** não cair na mesma proporção da alta da Selic. Esse fenômeno afetou os investidores do mercado financeiro. "O mercado de renda variável deixou muita gente de "calça arriada". Esperava-se, no início de 2021, que o Ibovespa fechasse 2022 próximo a 130 mil pontos. No meio do caminho tudo desandou e hoje o Ibovespa briga para se manter próximo dos 110 mil pontos", descreve.

Para 2022, o especialista recomenda manter uma postura mais conservadora nas carteiras de investimentos. A cautela se justifica por dois motivos: a resistência da **inflação** e a instabilidade que deve marcar 2022.

"Como a **inflação** ainda tem persistido, existe a possibilidade da Selic chegar a 12% ao ano em 2022, o que possibilita um retorno próximo de 1% ao mês nos investimentos atrelados ao CDI", aponta Calebe Vieira.

"Por isso, é importante focar em produtos com rentabilidade superior a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), mas que não tenha carência superior a dois anos", recomenda. "Isso porque, caso a elevação da Selic gere o efeito que estamos esperando na **inflação** (ou seja, a queda dela), possivelmente existirão cortes na taxa já em 2023, o que seria recomendado mudar a estratégia da carteira", analisa.

O segundo motivo de cautela para 2022, continua Vieira, é a conjuntura desafiadora dos próximos meses. Como o mercado ainda não se recuperou da pandemia, e as eleições tendem a aumentar o clima de incerteza, é provável que a Bolsa apresente uma volatilidade ainda maior.

"Então, para clientes conservadores, o melhor para o ano de 2022 é voltar aos velhos fundos e títulos de renda fixa que apresentaram excelente retorno no último ano. E para os clientes mais arrojados, recomendamos reduzir um pouco a exposição à Bolsa, criando uma reserva de oportunidade em ativos mais

conservadores e aguardar as boas oportunidades que surgirem para alavancar os ganhos", conclui o analista.

Expectativas Renan Silva, economista da BlueMetrix Ativos, afirma que, na ótica dos investimentos, as crises abrem um campo de oportunidades. Para o especialista, embora haja aumento da Selic, é possível capturar taxas de juros maiores, como nos títulos públicos. "São os mais seguros em nosso mercado. Daí volta-se à tese do rentista, da qual é possível capturar prêmios interessantes com risco de crédito baixo", avaliou.

Silva também aponta que a Bolsa de Valores está bastante descontada, com preço das ações reduzidos ante a expectativa de **inflação** resistente, de alta de juros e de tensionamento político. "Há empresas com estrutura de capital forte, cujos preços estão muito descontados. Então, há oportunidade nesses dois campos (títulos públicos e bolsa), sempre lembrando principalmente na renda variável é bom buscar um especialista durante a escolha dos ativos", recomendou.

Em relação à 2022, Renan Silva avalia que será um ano bastante conturbado. "Começando pelas eleições, onde o embate político polarizado deve gerar volatilidade no mercado. Também há o cenário de **inflação** alta, que embora acomode, deve persistir porque estamos sob o efeito da **inflação** global", alerta.

Renan lembra que, ao longo da pandemia, o governo injetou muitos recursos na economia. "Consequentemente isso gera **inflação**, impacta nas commodities e gera demanda reprimida", exemplifica.

Felipe Giroletti, vice-presidente da plataforma de tecnologia do mercado financeiro, Franq Open Banking, avalia que 2022 foi um ano desafiador, onde as opções de renda fixa, por exemplo, foram menos atrativas. O consultor dá três conselhos na hora de investir: manter uma carteira de aplicações diversificada; respeitar o próprio perfil de investidor; e contar com um bom assessoramento financeiro.

"Tudo passa pelo equilíbrio na carteira de investimentos. Se o seu perfil é conservador, respeite, pois nada paga a tranquilidade diante das aplicações. O que ajuda muito nesse sentido é que empresas (de assessoramento) ajudem o investidor", afirma.

Poupança A edição deste ano do Raio X do Investidor Brasileiro, realizado pela Anbima, mostra que a poupança foi a modalidade de aplicação preferida no Brasil nos últimos 12 meses. Cerca de três em cada 10 brasileiros optaram pela poupança (29%). Em seguida, estão os fundos de investimentos e títulos privados, com 5% das preferências. Títulos públicos via Tesouro Direto e ações da Bolsa de Valores assumem o último lugar, representando 3% das preferências.

Em relação ao perfil do investidor no país, o levantamento mostra que 40% dos brasileiros investem. Desse total, 55% são homens, 45% mulheres e ambos com idade média de 42 anos. A maioria (86%) trabalha com atividade remunerada e chegou a cursar faculdade (42%).

A pesquisa também informa como os brasileiros economizaram de 2020 até aqui. Seis em cada 10 pessoas (64%) não conseguiram gastar menos. Já 36% conseguiu, sendo que para 56% dos entrevistados, deixar de sair foi a principal medida adotada.(JT)

BC faz aperto nos juros enquanto governo sinaliza descontrole fiscal

Larissa Garcia

A deterioração do cenário econômico ao longo deste ano levou à piora nas expectativas dos principais indicadores para 2022. O Brasil superou em setembro a barreira dos dois dígitos na **inflação** e deve alcançar a marca também na taxa básica de juros (Selic) em fevereiro.

Há ainda risco de queda do **PIB** (Produto Interno Bruto), levando o país à recessão, tudo ao mesmo tempo.

O BC (Banco Central), na avaliação de economistas, tem pesado a mão na elevação dos juros para conter a escalada de preços diante dos sinais do governo de abandono da âncora fiscal.

Essa estratégia, afirmam, deprime ainda mais a atividade e tem efeito limitado na **inflação**, que começou como choque de custos -para o qual a política monetária não tem tanta eficácia- e se disseminou.

O ruído em torno de uma possível mudança de regime fiscal, com manobra para abrir espaço no teto de gastos, elevou o chamado prêmio de risco à curva de juros, custo adicionado para cobrir eventuais impactos, e afetou as expectativas para a **inflação**.

O movimento impacta os preços principalmente por meio da desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar.

O intuito principal do governo era criar fonte de recursos para custear o Auxílio Brasil, programa social que substituiu o Bolsa Família.

"O grande problema não é o auxílio, é necessário. A questão é fazer esse tipo de programa sem falar sobre reordenamento de despesas. As pessoas estão em situação de vulnerabilidade, com aumento da extrema pobreza. É difícil o governo ficar alheio a isso, independentemente de ser ou não período eleitoral", diz a estrategista-chefe da MAG Investimentos, Patrícia Pereira.

Para a economista, nesse sentido, o BC está sozinho na tentativa de reverter a pressão inflacionária.

"O fiscal poderia ajudar sinalizando alguma preocupação com os gastos. A perda de credibilidade do teto de gastos pesa muito também, porque dá margem para dúvida se ele será novamente driblado", afirma Pereira.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, tem repetido que o país está pagando um preço alto por um desvio fiscal que não foi tão grande.

Para ele, o país teve uma melhora relevante em termos de expectativas para a dívida pública e para o resultado primário, mas os agentes econômicos olham para frente e se preocupam com a sustentabilidade das contas públicas em cenário de crescimento baixo e juros altos, o que explica a piora nas projeções.

Na apresentação do relatório de **inflação** em 16 de dezembro, ao ser questionado sobre se o BC se via isolado no combate à **inflação**, Campos Neto disse que o importante na tomada de decisão da autoridade monetária é entender como os agentes econômicos veem o cenário e como isso influencia as variáveis macroeconômicas.

"Não se trata de [o BC] estar sozinho ou não, existe obviamente uma necessidade de programas de enfrentamento da pandemia e existe uma necessidade de equacionar os gastos às fontes de recursos", afirmou Campos Neto.

"O que percebemos nos últimos meses é que houve um questionamento com relação à validade do arcabouço [fiscal] que até então existia e isso fez os prêmios de risco se elevarem. No curto prazo tivemos surpresas positivas e parte disso se propaga para os próximos anos, mas entendemos que houve esse questionamento", disse.

A economista-chefe do Credit Suisse Brasil e colunista da Folha Solange Srouf afirma que o BC deve enfrentar grande desafio no próximo ano e que a perda de credibilidade do teto de gastos contribuiu para a piora do cenário.

"Não concordo que foi pequeno o desvio. Teremos um [déficit] primário melhor que o esperado, mas é foto do momento. O mercado olha o filme à frente. Uma vez que uma regra é quebrada, podemos presumir que pode ser quebrada de novo, o que gera incerteza,

especialmente em ano eleitoral", diz Srour.

"O desafio é tentar controlar as expectativas de **inflação** quando tem uma deterioração clara do quadro fiscal. Não dá para minimizar o que aconteceu com o teto. Não é só o fato de que teremos um aumento de R\$ 100 bi [nas despesas], o que por si já seria ruim, mas a quebra na regra, que teoricamente seria um limite para comportamento oportunista do governo e não foi", diz o consultor e ex-diretor do BC Alexandre Schwartzman.

Neste ano, a **inflação** vai estourar a meta fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) em 3,75% -com 1,5 ponto percentual de tolerância para cima e para baixo. Dessa forma, o indicador não poderia ultrapassar 5,25%.

O BC projeta elevação de 10,2% nos preços no acumulado do período, quase o dobro do máximo estabelecido.

Sob o custo de uma atividade muito fraca e de altas taxas de juros, para 2022, a autoridade monetária espera que a **inflação** caia pela metade, para 4,7%, mas ainda perto do teto da meta, que é de 5% (centro de 3,5%).

De acordo com o último boletim Focus, em que o BC divulga as projeções do mercado, economistas consultados já preveem estouro do teto também em 2022, com 5,03%.

No relatório de **inflação**, o BC cortou pela metade a expectativa para o **PIB** do próximo ano e agora espera crescimento de 1%. Em setembro, a autarquia via elevação 2,1%.

A estimativa do BC está acima das projeções do mercado. Com a deterioração do cenário, instituições financeiras e casas de análise esperam alta de 0,5% no **PIB** de 2022, segundo o relatório Focus da semana passada. Há um mês a expectativa era de 0,70%. Mas já há instituições estimando queda no **PIB** de 2022.

Na última decisão, em 8 de dezembro, o Copom (Comitê de Política Monetária) do BC elevou a taxa básica novamente em 1,5 ponto percentual, a 9,25% ao ano. No **comunicado**, o BC indicou nova alta de mesma magnitude para próxima reunião, em fevereiro, para 10,75% ao ano.

Inflação elevada com desempenho fraco da economia é o que economistas chamam de estagflação, quadro que se desenha para o próximo ano.

Normalmente, desempenho fraco da economia leva à **inflação** mais baixa, assim como juro alto pressupõe

ancoragem de expectativas. Os fatores, entretanto, dependem de uma política fiscal e monetária bem estabelecida.

Para economistas, contudo, não foi apenas a piora do quadro fiscal que levou à desancoragem das expectativas de **inflação** (quando as projeções do mercado para os anos seguintes ficam acima da meta). Houve, dizem, erro de condução do BC, que levou a Selic ao menor nível da história, a 2% ao ano, em agosto do ano passado e manteve o patamar até março deste ano.

A avaliação é que a autoridade monetária demorou a perceber a persistência de **inflação**.

"O BC chegou atrasado, mas eu teria chegado atrasado. Eu inclusive tinha uma visão mais otimista, achava que o choque nos preços era transitório. O Copom começou a subir juros antes do que eu considerava adequado e errou, mas eu teria errado mais", diz Schwartzman.

Srour concorda que houve erro, mas pondera que a decisão foi respaldada por grande parte do mercado.

"Talvez tenha sido um erro de comunicação ou de diagnóstico, de que a **inflação** seria temporária. Naquele momento era melhor ter adotado discurso com menos guidance [sinalização dos passos futuros] porque a incerteza era muito grande", afirma.

Para tentar recuperar credibilidade e frear as previsões do mercado, o BC subiu o tom em relação ao aperto monetário na última decisão.

O Copom admitiu pela primeira vez que as expectativas estão desancoradas e indicou que continuará subindo juros não só até que a **inflação** desacelere, mas que também as projeções do mercado para os próximos anos estejam ao redor da meta.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49772>

Valorização do real deve aliviar inflação em 2022, dizem analistas

Lucas Bombana

Após a alta de preços alcançar 10,42% em 2021, a maior variação dos últimos seis anos, segundo a divulgação mais recente do IPCA-15 (prévia da **inflação**), a expectativa de economistas do mercado é por alguma descompressão nos níveis de preços para o próximo ano.

Grupos com peso relevante na composição do índice que vêm em níveis bastante elevados já começaram a dar alguns sinais importantes de desaceleração, como alimentos, habitação e transportes, afirma André Perfeito, economista-chefe da Necton.

"Vamos observar nos próximos dados uma melhora na margem dos principais grupos, o que não quer dizer que eles estejam em patamares baixos, longe disso", diz Perfeito, que prevê que o arrefecimento na pressão inflacionária pode ajudar no humor do mercado de forma geral em relação aos ativos brasileiros.

Ele acrescenta que alguma apreciação do real frente ao dólar também poderá contribuir para manter a **inflação** em patamares mais comportados em comparação ao observado em boa parte de 2021.

O processo de aperto monetário em curso pelo BC (Banco Central), que deve levar a taxa Selic até perto de 11,5% pelos cálculos do economista-chefe da Necton, irá aumentar a atratividade dos rendimentos dos ativos locais sob a ótica do estrangeiro, aponta Perfeito. Ele prevê o real oscilando próximo a R\$ 5,40 durante o ano que vem.

No relatório Focus da semana passada, a mediana das projeções dos economistas consultados pela autoridade monetária aponta para um dólar em R\$ 5,57 no final de 2022, com uma **inflação** de 5,03% no período.

"Vale notar que não importa tanto o patamar em que o dólar está, mas a velocidade com que ele se desloca. E acho que, a partir de agora, a velocidade vai ficar mais sob controle", afirma o economista-chefe da Necton.

Na quinta-feira (23), em sessão marcada pela menor liquidez de final de ano, a divisa americana operou próxima da estabilidade frente ao real, cotada a R\$ R\$

5,6610 para venda. Quando chegou a ensaiar alguma pressão altista, o BC (Banco Central) entrou no mercado com o anúncio de dois leilões de venda de dólar à vista, com a colocação de um montante de US\$ 965 milhões (R\$ 5,5 bilhões).

"A gente acredita que a maior parte do impacto da depreciação cambial para o IPCA já foi", afirma Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter.

Mesmo que seguisse oscilando próximo ao nível atual de R\$ 5,70, o impacto do câmbio para a **inflação** seria residual, ao redor de 0,05 ponto percentual, calcula a especialista.

A projeção do Banco Inter, no entanto, aponta para um fortalecimento da moeda brasileira nos próximos 12 meses, com a cotação em R\$ 5,50 em dezembro, pela influência dos juros mais altos.

Nesse sentido, a valorização do real, diz Rafaela, deve contribuir para a provável descompressão a ser observada no nível dos preços, em especial no caso da gasolina, exposta às variações do petróleo no mercado internacional.

"O câmbio contribuiu para uma pressão adicional na **inflação** ao depreciar quase 9% no ano. Felizmente, as commodities agrícolas em reais parecem estar estabilizando e o petróleo em reais já mostra uma queda na janela pós-ômico, ou seja, a **inflação** externa não deve pressionar o IPCA nos próximos meses", endossa Rafael Ibara, economista-chefe da Mauá Capital.

Ibara acrescenta ainda estar vendo uma normalização na cesta de consumo com o arrefecimento da pandemia, com uma redução nos gastos com bens e um aumento no consumo de serviços. Isso representa um alívio para a **inflação** de bens, que ficou bastante pressionada durante a pandemia no mundo todo, aponta o especialista.

"Para 2022, temos uma estimativa de 5% para a **inflação**. Naturalmente, uma atividade mais fraca - projetamos um PIB de 0,5% - sinaliza um ambiente baixista para a **inflação**. Além disso, a supersafra de grãos também representa cenário baixista na nossa projeção", afirma o economista-chefe da Mauá Capital, que prevê a cotação da moeda em R\$ 5,60 para o ano

que vem.

Já Rachel Sá, chefe de economia da Rico, aponta que, embora os fundamentos macroeconômicos indiquem uma maior atração de capital para o país no próximo ano, as incertezas relativas às eleições irão pesar como uma força contrária para o câmbio.

A especialista prevê que o dólar estará sob intensa volatilidade ao longo dos próximos meses, com a disputa política bastante presente no dia a dia dos agentes econômicos, mas que, ao final de dezembro de 2022, a cotação será de R\$ 5,70, próxima ao nível em que se encontra atualmente.

"Vai entrar mais dinheiro por conta dos juros altos, mas a incerteza política vai afastar parte desse capital", afirma a especialista.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

72

Por falta de dinheiro, governo avalia tirar Brasil de órgãos multilaterais

Fábio Pupo

O Ministério da Economia defende a revisão da participação do Brasil em diferentes organismos internacionais. A falta de dinheiro é a justificativa do time de Paulo Guedes.

O movimento ocorre enquanto o país acumula dívidas com colegiados multilaterais e o Itamaraty faz alertas sobre o risco de perda de voto em entidades como a ONU (Organização das Nações Unidas).

Em análises sobre o tema, a equipe econômica identificou que o Brasil sofre desvantagem em alguns organismos e participa de certas entidades de forma redundante.

Entre os organismos que se enquadram nesse cenário estão o Focem (Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul) e o Fonplata (Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata). Os dois órgãos demandam por ano mais de R\$ 550 milhões.

O Focem entrou em operação em 2006 e faz os países com maior **PIB** (Produto Interno Bruto) do Mercosul ajudarem os demais. O dinheiro é destinado principalmente a obras de infraestrutura.

Para a equipe econômica, o Brasil paga muito ao fundo e recebe pouco. Dos US\$ 100 milhões (R\$ 567 milhões) a serem depositados no Focem anualmente, o país precisa aportar 70%; a Argentina, 27%; o Uruguai, 2%; e o Paraguai, 1%. Por ano, são R\$ 396 milhões.

Embora sejam os menores contribuintes, Paraguai e Uruguai ficam com a maior parte dos recursos -48% e 32%, respectivamente. Já Brasil e Argentina podem sacar apenas 10% anualmente.

Para o Ministério da Economia, a participação no Focem não é vantajosa pois demanda recursos sem retornos produtivos. Além disso, o critério de envio e retirada de dinheiro desconsidera outros indicadores além do **PIB**.

Se considerado o **PIB** per capita, por exemplo, Argentina e Uruguai são mais desenvolvidos do que o Brasil -e, mesmo assim, têm condições mais vantajosas no Focem.

As análises são feitas enquanto o país tem travado batalhas no Mercosul.

Além de ter baixado tarifas de importação se antecipando a um consenso sobre o tema, o Brasil defende que membros do bloco sejam liberados para fazer acordos comerciais de forma independente.

Essa pauta é defendida pelo Uruguai e tem respaldo do governo brasileiro. A Argentina é contra.

No caso do Fonplata, a conclusão é similar à do Focem. O Brasil é o país que menos recebe empréstimos, mas tem maior compromisso de pagamentos.

O fundo, estabelecido por Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai em 1977 para emprestar aos signatários, demanda do Tesouro Nacional US\$ 27,6 milhões (R\$ 156 milhões) por ano.

Ao todo, o país precisa aportar no fundo um total de US\$ 100,6 milhões (R\$ 570,4 milhões) até 2026. Em comparação, o Brasil recebeu em média US\$ 16,4 milhões (R\$ 93 milhões) anualmente em empréstimos nos últimos quatro anos.

Por outro lado, o Ministério da Economia conclui que, em alguns órgãos, a participação do país é vantajosa mesmo demandando altos valores dos cofres brasileiros. É o caso da CAF (Corporação Andina de Fomento), que funciona como um banco multilateral e do qual o Brasil participa desde 1995.

Embora a CAF exija um total de US\$ 445 milhões (R\$ 2,5 bilhões) do Brasil de 2022 a 2026, o país recebe mais em empréstimos. Em 2019, por exemplo, a CAF enviou US\$ 1,1 bilhão (R\$ 6,7 bilhões) em crédito ao país.

Além disso, a CAF reúne países de forma abrangente e, inclusive, engloba países que compõem Focem e Fonplata.

Em meio à restrição orçamentária, o Itamaraty também tem tentado demonstrar esforço para rever participações internacionais.

Recentemente, por exemplo, decidiu por se retirar do

Sela (Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe), que tem sede na Venezuela.

Outro movimento foi feito na relação com organismos internacionais.

Guedes comunicou ao FMI (Fundo Monetário Internacional) que o governo não tinha mais interesse em um escritório local do fundo. O FMI decidiu, então, se retirar do país.

O Ministério da Economia espera que a análise aprofundada sobre a participação em organismos internacionais seja feita de forma mais ampla pelo governo para racionalizar o uso dos recursos.

Para isso, vai propor também a recriação de uma comissão interministerial diretamente ligada à Presidência da República para rever a participação em organismos, fundos e instituições financeiras internacionais.

O órgão, que agora seria formado por integrantes do Ministério da Economia e do Itamaraty, foi criado em 2016 (durante o governo Dilma Rousseff, do PT) com composição mais ampla.

O grupo foi eliminado em 2019, já no governo Jair Bolsonaro (PL) por um decreto que promoveu uma extinção em massa de colegiados.

Reportagem da Folha publicada em novembro mostrou que, no total, o Itamaraty estima que o país deve R\$ 8,8 bilhões a organismos internacionais.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

72